Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior General das Forças Armadas

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

CADERNO DE ENCARGOS

NPD: 2021012464 – Aquisição de Serviços de recolha de resíduos hospitalares para o Hospital das Forças Armadas – Polo de Lisboa, para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

PROCEDIMENTO: Concurso Público

DESPACHO DE APROVAÇÃO:

Aprovo, ao abrigo do Despacho n.º 6635/2020, de 15 de junho de 2020 de S.Exª o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no D.R., 2.ª Série n.º 122 de 25 de junho de 2020, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Diretor do Hospital das Forças Armadas,

[redacted]

Rui Fernando Gonçalves Teixeira de Sousa
BGEN MED

ÍNDICE

PARTE I 4
CLAÚSULAS JURÍDICAS 4
Cláusula 1.ª 4
Objeto do contrato 4
Cláusula 2.ª 4
Contrato 4
Cláusula 3.ª 5
Prazo contratual e inicio da prestação de serviços 5
Cláusula 4.ª 6
Obrigações principias do adjudicatário 6
Cláusula 5.ª 8
Outras obrigações do adjudicatário 8
Cláusula 6.ª 10
Responsabilidade do adjudicatário 10
Cláusula 7.ª 11
Níveis de serviço 11
Cláusula 8.ª 11
Inspeção e Testes 11
Cláusula 9.ª 12
Resultado dos testes ou inspeções 12
Cláusula 10.ª 12
Aceitação dos serviços prestados 12
Cláusula 11.ª 13
Garantia na prestação de serviços 13
Cláusula 12.ª 14
Contratos de seguro 14
Cláusula 13.ª 14
Outros encargos 14
Cláusula 14.ª 14
Objeto do dever de sigilo 14
Cláusula 15.ª 15
Prazo do dever de sigilo 15
Cláusula 16.ª 15
Preço Base 15
Cláusula 17.ª 16
Caução 16
Cláusula 18.ª 16
Condições de pagamento 16
Cláusula 19.ª 17
Penalidades contratuais 17
Cláusula 20.ª 19
Força maior 19
Cláusula 21.ª 20
Resolução de contrato por parte do contraente público 20
Cláusula 22.ª 21
Resolução de contrato por parte do adjudicatário 21

Cláusula 23.ª **23**
Foro competente **23**
Cláusula 24.ª **23**
Cessão da posição contratual e subcontratação **23**
Cláusula 25.ª **23**
Comunicações e notificações **23**
Cláusula 26.ª **24**
Deveres de colaboração recíproca e informação **24**
Cláusula 27.ª **25**
Contagem dos prazos **25**
Cláusula 28.ª **25**
Legislação aplicável **25**
PARTE II **26**
Cláusula 29.ª ..... Erro! Marcador não definido.
Objecto do procedimento ..... Erro! Marcador não definido.
Cláusula 30.ª ..... Erro! Marcador não definido.
Tipologia de serviço a prestar no HFAR ..... Erro! Marcador não definido.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLAÚSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por concurso público, que tem por objeto principal a *"Aquisição de Serviços de recolha de resíduos hospitalares para o Hospital das Forças Armadas – Polo de Lisboa, para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022"*, cujas quantidades e condições técnicas especificas se encontram expressas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
    a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, bem como dos seus anexos;
    b) Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
    c) À restante legislação e regulamentação aplicável

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos integrado pelo programa do procedimento;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.

5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual e inicio da prestação de serviços

1. O contrato tem a duração de 2 (dois meses) a contar do início da produção dos seus efeitos, 01 de fevereiro de 2021 a 31 de março de 2021.

2. O contrato mantém-se em vigor durante o prazo contratual previsto, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.ª
Obrigações principias do adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a assegurar a realização de todas as atividades inerentes à pontual e rigorosa execução do contrato, sendo para tal responsável pela organização e gestão dos meios necessários à prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do Contrato.

2. O Adjudicatário é, perante o contraente público, única e diretamente responsável pelo integral cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato e demais disposições que lhe sejam aplicáveis, não podendo, salvo quando o próprio Contrato assim o estabeleça, opor ao contraente público qualquer contrato ou relação com terceiros para exclusão ou limitação da sua responsabilidade.

3. O Adjudicatário obriga-se a cooperar com ao contraente público na prossecução das atividades de acompanhamento que esta tem a seu cargo, atuando de boa fé e sem reservas de qualquer espécie.

4. No âmbito das relações com os Utentes, o Adjudicatário obriga-se a que os prestadores afetos ao presente contrato, respeitem escrupulosamente a confidencialidade dos dados pessoais e a permitir, nos termos da lei, o acesso e retificação por parte dos Utentes aos seus dados pessoais, devendo ainda dar resposta cabal e personalizada às reclamações dos Utentes, bem como dar conhecimento ao contraente público as queixas, reclamações e sugestões recebidas.

5. Ao longo da execução do Contrato, o Adjudicatário fica obrigada a disponibilizar ao contraente público qualquer informação que esta venha a solicitar sobre o pessoal afetos ao respetivo contrato.
6. O número mínimo de trabalhadores afetos à prestação de serviços disponibilizados pelo Adjudicatário deve corresponder ao mínimo indicado para as necessidades indicadas pelo contraente público, para todas as funções aí previstas.

7. O contraente público pode, a qualquer altura, determinar a substituição dos trabalhadores do adjudicatário que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações.

8. O contraente público pode solicitar ao adjudicatário, sempre que necessário, os dados dos trabalhadores e ainda o número de horas praticado, mediante a exibição da folha de ponto ou outro instrumento de controlo.

9. O adjudicatário obriga-se a respeitar os direitos e regalias laborais legalmente consagradas aos seus trabalhadores, independentemente do regime que lhes seja aplicável, sendo da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as infrações a essa legislação.

10. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas aos trabalhadores afetos à execução da prestação de serviços, designadamente encargos para a segurança sociais e seguros obrigatórios de acidentes de trabalho.

11. O adjudicatário deve cumprir com as disposições legais aplicáveis a todos os seus trabalhadores, respondendo plenamente o adjudicatário, perante o contraente público, pela sua observância.

Cláusula 5.ª

Outras obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo das obrigações principais e outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o contraente público, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:
   a) Efetuar o serviço, com qualidade e garantia dos resultados definidos, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;
   b) Garantir os serviços prestados;
   c) Executar o objeto do caderno de encargos dentro do prazo contratado;
   d) Prestar ao contraente público, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da prestação do serviço, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito das cláusulas do caderno de encargos;
   e) Coordenar com o contraente público a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações do contraente público;
   f) Obter comprovativo de aceitação dos serviços pelo contraente público;
   g) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que o contraente público tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, no caderno de encargos, quaisquer direitos;
   h) Comunicar, antecipadamente, ao contraente público, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;

i) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e adjudicação exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;

j) Celebrar os contratos de seguro exigidos no presente caderno de encargos;

k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

l) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contraente público, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

m) Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do contraente público;

n) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

o) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

p) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;

q) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

r) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas com a aceitação do caderno de encargos.

2. O adjudicatário, observados que seja o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) tem o dever de entregar ao contraente público os seguintes documentos:
   a) A lista com o nome, idade, morada, função e nacionalidade dos trabalhadores ao seu serviço, acompanhado de cópia do respetivo bilhete de identidade/cartão do cidadão, para permitir o seu acesso e circulação nas instalações do contraente público, no âmbito do exercício das suas funções;
   b) As apólices de seguro obrigatório válidas para cada trabalhador;
   c) O mapa mensal com a identificação dos trabalhadores afetos à escala de serviço definida pelo gestor do contrato;
   d) Os dados dos trabalhadores designados para substituir os trabalhadores elencados na alínea a. em situação de férias, faltas, licenças ou em caso de greve;
   e) O adjudicatário deve, antecipadamente, comunicar ao contraente público qualquer alteração aos dados mencionados nas alíneas anteriores.

Cláusula 6.ª
Responsabilidade do adjudicatário

1. O Adjudicatário responde, nos termos da lei geral aplicável, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituam o objeto do Contrato, pela culpa ou pelo risco, não sendo assumido pelo contraente público qualquer tipo de responsabilidade neste âmbito.

2. O Adjudicatário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados pelas entidades por si contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas no Contrato.

3. O Adjudicatário responde civilmente perante terceiros pelas ofensas dos direitos destes ou das disposições legais destinadas a proteger os seus interesses,

resultantes de atos ilícitos culposamente praticados por parte dos seus colaboradores enquanto tal, gozando contra estes de direito de regresso.

Cláusula 7.ª

Níveis de serviço

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.

2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens e serviços objeto do contrato.

Cláusula 8.ª

Inspeção e Testes

1. Efetuada a prestação do serviço, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem ao definido nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 9.ª

Resultado dos testes ou inspeções

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, o contraente público deve de isso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado pelo contraente público, aos serviços necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização dos serviços corretivos necessários pelo adjudicatário, o contraente público procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos serviços prestados

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 8.ª do presente caderno de encargos comprovem a total execução do objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias

com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público .

2. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos serviços objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª

Garantia na prestação de serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os serviços objeto do contrato, durante a vigência do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva prestação do serviço.
2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva correção.

3. A correção prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do serviço e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Contratos de seguro

1. O adjudicatário obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente:
   a) Contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título,
   b) Contrato de seguro de responsabilidade civil.

2. O adjudicatário apresenta as apólices dos seguros sempre que tal lhe for exigido pelo contraente público.

Cláusula 13.ª

Outros encargos

1. Todos os encargos relativos à execução dos serviços contratados correm por conta do adjudicatário.
2. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 14.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.

3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª respondem perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 15.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.ª

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de 109.574,00€ (cento e nove mil, quinhentos e setenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao desembaraço, fiscalizações, entre outros.

3. O preço base constante no número 1 corresponde ao preço máximo que a contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

Cláusula 17.ª

Caução

Não é exigida caução nos termos do disposto nos termos da alínea a) do n.º 2 artigo 88.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O vencimento das obrigações referidas no número anterior, refere-se ao cumprimento integral do objeto do contrato e dos níveis de serviço exigidos no presente caderno de encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao prestador do serviço, tendo por base uma periocidade mensal.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.

4. Toda a faturação deve ser remetida para o endereço de correio eletrónico HFAR_APROVISIONAMENTO@HFAR.PT ou para a seguinte morada:

   Hospital das Forças Armadas – Serviço de Aprovisionamento
   Azinhaga dos Ulmeiros, Paço do Lumiar
   1649-020 Lisboa.

5. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o número do processo de despesa (NPD), o número do Pedido de Compra (PC) e respetivo compromisso orçamental, a descrição do processo e, caso haja lugar a contrato escrito, o número do contrato.

6. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.

7. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 dias.

Cláusula 19.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento por um profissional médico indicado pelo prestador de serviços, dos horários estipulados para a realização da prestação de serviços, com desvio igual ou superior a 30 minutos do horário previsto, em dois ou mais períodos seguidos ou interpolados, o HFAR deduzirá o montante correspondente ao preço a pagar pelos serviços no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.
   b) Em caso de não comparência de um prestador médico, indicado pelo prestador de serviços, para a realização da prestação de serviços, sem pré-aviso, com antecedência mínima do início da realização da prestação de 24 horas, ao gestor do contrato ou responsável local por este designado, o HFAR deduzirá por cada dia o dobro do valor que teria de pagar ao prestador de serviços se o serviço fosse realizado, a título de penalização, no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.

c) Em caso de abandono de algum prestador médico, colocado pelo prestador de serviços, antes do termo do turno indicado, o HFAR deduzirá o triplo do valor total do turno que teria de pagar ao prestador de serviços caso o serviço tivesse sido realizado na sua totalidade, a título de penalização, no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.

2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.

3. Não constituem força maior:
    a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo adjudicatário, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo adjudicatário, de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso, total ou parcial, na prestação do serviço objeto do contrato, superior a três meses ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada prestação de serviço excederá esse prazo, conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 333.º do CCP.

4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte do contraente público, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.

5. O contraente público pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao adjudicatário de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

6. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 318-A.º do CCP.

7. No caso do incumprimento previsto no número anterior aplicar-se-á o regime previsto relativamente à cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante, nos termos do artigo 318-A. º do CCP.

Cláusula 22.ª

Resolução de contrato por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito

de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
d) Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 332.º do CCP.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, em função dos critérios legais vigentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução

do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.

5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.ª
Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª
Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislação aplicável.

PARTE II
Cláusulas Técnicas

1. Objeto do contrato

a. O objeto do presente concurso consiste na "Aquisição de Serviço de Recolha Acondicionamento, Transporte e Tratamento de Resíduos Hospitalares dos Grupos III e IV, Resíduos Líquidos de Risco Químico e Biológico, Tratamento de Corantes, outros Resíduos Especiais e Dispensadores de Higiene Feminina", no Hospital das Forças Armadas – Polo Lisboa (HFAR-PL), e UTITA / ALFEITE para os meses de janeiro a dezembro de 2022.

b. A prestação de serviço a que se refere a Cláusula 1ª do presente caderno de encargos compreende:

I. O fornecimento de contentores, "jerricans" e/ou outros (os equipamentos considerados na designação "jerricans" e/ou outros" são todos aqueles que possuam características de acondicionamento análogas às dos "jerricans"), necessários ao acondicionamento temporário e selectivo dos vários tipos de resíduos, bem como da respectiva rotulagem nos termos da legislação em vigor;

II. Recolha dos contentores e "jerricans" cheios e transporte dos mesmos, do local de armazenagem de resíduos hospitalares (Central de Resíduos) do Hospital das Forças Armadas para os locais de tratamento e/ou eliminação, respeitando integralmente o disposto na legislação nacional e comunitárias em vigor:

II.a) As operações de transporte de resíduos, terão que cumprir o disposto na Portaria 335/97 de 16 de Maio e o Decreto-Lei nº 267-A/2003, de 27 de Outubro, nomeadamente, no que

diz respeito à formação especifica dos motoristas para transporte de resíduos das classes 6.1 e 6.2.

III. Disponibilização de Dispensadores de Higiene Feminina, para acondicionamento de resíduos contaminados e/ou com vestígios de sangue, produzidos em Instalações Sanitárias, com capacidade de 20L, de polietileno, com tampa accionada por pedal, compreendendo o seguinte:

III.a) Fornecimento de sacos brancos com solução desinfectante por cada contentor disponibilizado;

III.b) Identificação dos dispensadores de higiene feminina;

III.c) Recolha quinzenal, transporte dos dispensadores com resíduos, tratamento e encaminhamento dos mesmos;

III.d) Higienização e desinfecção dos dispensadores de higiene feminina;

IV. Os contentores / jerricanes a fornecer ao Adjudicante, deverão ser sempre devidamente lavados e desinfectados, nas instalações do adjudicatário, entre cada utilização;

V. Ficará à inteira responsabilidade do adjudicatário o tratamento de todos os resíduos hospitalares do Grupo III produzidos no Hospital das Forças Armadas, bem como a incineração dos resíduos do Grupo IV, os resíduos líquidos perigosos deverão ser sujeitos a métodos de tratamento eficaz consoante a natureza de cada tipo de resíduo, dando cumprimento à legislação aplicável;

VI. Em cada recolha o adjudicatário fornecerá ao Serviço de Gestão Hoteleira (SGH), do Hospital das Forças Armadas as cópias das Guias de Transporte e Acompanhamento de Resíduos, de acordo

com a legislação em vigor e o resumo do serviço mensal que acompanhará a facturação;

VII. No final do ano o adjudicatário fornecerá ao Serviço de Gestão Hoteleira (SGH), do HFAR o resumo do serviço prestado durante o ano, de forma a agilizar as formalidades legais para o correcto preenchimento do Formulário B do MIRR.

c. Fica a cargo do adjudicatário assegurar os meios necessários à boa execução dos serviços, nomeadamente:

I. O fornecimento de produtos e equipamentos a utilizar no serviço;;

II. Os seguros de trabalho e de responsabilidade civil;

V. O fardamento a utilizar deverá possuir logótipo da firma, com placas nominais de identificação, e adequado às funções a desempenhar;

2. Local de prestação dos serviços

O serviço objeto do contrato será prestado no HFAR-PL, local edificio ECO 1.

3. Documentação e Certificações Exigidas

Para a presente contratação são exigidos ao adjudicatário a seguinte documentação:

a) Documento comprovativo da titularidade de autorização para a realização de operações de gestão de resíduos hospitalares, emitida pela direcção-Geral da Saúde (DGS, em conformidade com o artigo 13º. Da Portaria nº 174/97, de 10 de março;

b) Documento comprovativo da titularidade de autorização para a realização de operações de gestão de resíduos hospitalares, emitida pela direcção-Geral da Saúde (DGS, em conformidade com o artigo 13º. Da Portaria nº 174/97, de 10 de março;

c) Os motoristas para transporte de resíduos das classes 6.1 e 6.2, devem ser portadores de "Carta ADR" (Certificado de Formação para os Condutores dos Veículos de Transporte de Mercadorias Perigosas), devendo o adjudicatário apresentar, sempre que solicitado, a respectiva prova documental dos motoristas a afectar ao serviço do Hospital das Forças Armadas.

4. Água e Energia

Caso necessário a entidade adjudicante assegurará o fornecimento de água e energia elétrica necessários para a execução do serviço a contratar.

5. Visita às Instalações e Equipamentos

a. Antes da apresentação das propostas, os concorrentes deverão tomar conhecimento das instalações e possiveis equipamentos que poderão ficarão sob sua responsabilidade durante a vigência do contrato, não sendo aceites reclamações posteriores sobre eventuais deficiências ou dificuldades de execução. As visitas dos concorrentes às instalações serão agendadas previamente com o Serviço de Gestão Hoteleira do HFAR-PL, até ao fim do primeiro terço do prazo para apresentação de propostas, entre as 09h00 e as 16H00, todos os dias úteis.

b. A listagem dos equipamentos e instalações será facultada aos interessados, aquando da visita ao local da prestação dos serviços.

6. Regulamentos de Segurança

O adjudicatário obriga-se a cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal, colaboradores ou representantes as normas e regulamentos de segurança no trabalho de acordo com a legislação em vigor, bem como as regras de segurança militar vigentes ou outras, que lhe sejam indicadas pela entidade adjudicante.

7. Avaliação da execução

a. O HFAR, através da sua Chefia do Serviço de Gestão Hoteleira (SGH), reserva-se o direito de verificar a todo o momento a conformidade da prestação com o acordado contratualmente.

b. O adjudicatário obriga-se a comunicar ao SGH a correção de todas as anomalias que lhe forem reportadas num prazo máximo de 24 horas, de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços.

c. Trimestralmente a Comissão de Controlo da Infecção do HFAR procederá a uma avaliação do serviço a contratar, da qual será dado conhecimento ao adjudicatário, através de um relatório previamente validado por parte de um representante da empresa adjudicatária.

d. Da avaliação referida poderá resultar a necessidade do adjudicatário modificar alguns aspetos organizativos da prestação do serviço.

8. Conceitos e métodos de trabalho

a. O Adjudicatário deve cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal, colaboradores ou representantes as normas e regulamentos em vigor aplicáveis à execução do serviço objeto do contrato e deter todas as licenças e certificações que sejam necessárias para o exercício da atividade;

b. As características do serviço a prestar exigem a rigorosa observância de boas práticas de Segurança e Higiene no Trabalho, nomeadamente na manipulação dos contentores jerricans e outros, os quais devem ser manuseados com as devidas precauções, no sentido de minorar riscos de possível contaminação, para o utilizador, do espaço e meio ambiente envolvente;

c. Os veículos utilizados na recolha dos resíduos, devem oferecer as necessárias condições de higiene e segurança, ser de caixa fechada e isotérmica e serem lavados e desinfectados após cada recolha de resíduos

9. Fardamento e Identificação

a. O fardamento a utilizar deverá possuir logótipo da firma, com placas nominais de identificação individual a emitir pelo adjudicatário.

b. O fardamento a utilizar no exercício de funções deverá, ser o adequado a essas funções, e ajustável aos períodos de Verão e Inverno.

10. Outras Condições

a. Tratando-se de instalações integradas em unidade militar, o adjudicatário sujeita-se, sem qualquer restrição, às determinações estabelecidas ou a estabelecer pelo HFAR e UNAPCSM, sempre que as condições de segurança ou razões operacionais assim o exigirem.

b. O adjudicatário fornecerá a identificação e o registo criminal dos empregados, a fim dos mesmos serem credênciados e obterem uma autorização de circulação interna, assim como identificação e matrícula das viaturas em trânsito na unidade, no desempenho de funções.

11. Plano de trabalhos – Execução da prestação

a. A constituição da equipa mínima obrigatória, fica á consideração do adjudicatário.

b. Os serviços pretendidos serão prestados de Segunda a Sexta e Sábados,

excluindo feriados, devendo a respectiva organização e prestação respeitar os horários e acções constantes do seguinte quadro:

ACÇÕES	HORÁRIO
Entrega de contentores / "jerricans" e outros limpos	Segunda a Sexta
Levantamento dos diversos resíduos e acondicionamento em viatura apropriada e transporte dos mesmos para local de tratamento e destino final dos resíduos	08H00 / 16H30
	Sábados
	08H00 / 13H00

c. Sempre que circunstâncias excepcionais o impuserem, e desde que comunicado com uma antecedência mínima de 24 horas, poderá o HFAR-PL solicitar que o adjudicatário forneça maior quantidade de contentores e/ou jerricans ou proceda a recolhas extraordinárias, a acordar com o Serviço de Gestão Hoteleira do HFAR-PL;

12. Tipologia dos Resíduos

Grupo III	a) Todos os resíduos provenientes de quartos ou enfermarias de doentes infecciosos ou suspeitos das seguintes unidades; hemodiálise, blocos operatórios, salas de tratamento, salas de autópsia, salas de anatomia patológica, salas de patologia clínica e salas de laboratórios de investigação, com excepção dos do Grupo IV; b) Todo o material utilizado em diálise; c) Peças anatómicas não identificáveis; d) Resíduos que resultam da administração de sangue e derivados; e) Sistemas utilizados na administração de soros e medicamentos, com excepção dos do grupo IV; f) Sacos colectores de fluidos orgânicos e respectivos sistemas; g) Material ortopédico: talas, gessos e ligaduras gessadas contaminados ou com vestígios de sangue; material de prótese retirado a doentes; h) Fraldas e resguardos descartáveis contaminados ou com vestígios de sangue; I) Material de protecção individual utilizado em cuidados de saúde e serviços de apoio geral em que haja contacto com produtos contaminados (como luvas, máscaras. aventais e outros).

Grupo IV	a) Peças anatómicas identificáveis, fetos e placentas, até publicação de legislação específica; b) Cadáveres de animais de experiência laboratorial; c) Materiais cortantes e perfurantes: agulhas, cateteres e todo o material invasivo; d) Produtos químicos e fármacos rejeitados, quando não sujeitos a legislação especifica; e) Citostáticos e todo o material utilizado na sua manipulação e administração.

13. Estimativa das Quantidade de Resíduos para janeiro a dezembro de 2022

A estimativa de quantidades de resíduos a produzir durante os meses de janeiro a dezembro de 2022 no HFAR-PL, pode ser aferida através do quadro abaixo seguinte, podendo ocorrer uma variação de + / - 10%:

Designação contratual do Resíduo	Unidade	Quantidade Estimada
Resíduos do Grupo III	Kg	91.000
Resíduos do Grupo IV	Kg	9.700
Resíduos Líquidos de Risco Químico e Biologico	Kg	17.100
Solventes não Halogenados (corantes, formol, Xilol, Alcool)	Kg	2.600
Dispensadores de Higiene Feminina	Unidade	310
Taxa Gestão Resíduos Grupo III	€	1.000,00€
Suportes para Contentores de 60Lt e 30Lt	Unidade	3.500,00€

A estimativa de quantidades de resíduos a produzir durante os meses de janeiro a dezembro de 2022 no HFAR-PP, pode ser aferida através do quadro abaixo seguinte, podendo ocorrer uma variação de + / - 10%:

RESÍDUOS HOSPITALARES		
Gestão dos Resíduos Hospitalares Perigosos do Grupo III e Grupo IV		
	Quant. Mensal Estimada	Quant. Anual Estimada
Grupo III	292	3500
Grupo IV	250	3000
Gestão dos Resíduos Liquidos Especiais		
Solventes Halogenados	17	204
Solventes Não Halogenados	8	96
Corantes	100	1200
Resíduos Líquidos de Risco Biológico	292	3500
MATERIAIS HOSPITALARES		
Contentores para corto-perfurantes – Grupo IV		
Contentor Plástico 0.6 Lt*	42	504
Contentor Plástico 2 Lt*	125	1500
Contentor Plástico 5 Lt*	17	204
Contentor Plástico 7 Lt*	21	252

Contentor Plástico 10 Lt*	2	24
Contentor Plástico 12 Lt*	18	216
Contentor Plástico 30 Lt*	25	300
Outros Contentores		
Jerrican plástico 25 Lt	21	252
Consumíveis		
Sacos Propy Grupo III	500	6000
Sacos Brancos Grupo III 50 cm x 70 cm	100	1200
Sacos Brancos Grupo III 70 cm x 70 cm	100	1200
Sacos Vermelhos Grupo IV	10	120
Abraçadeiras	700	8400

- * A estimativa para recolha dos resíduos hospitalares dos grupos III e IV, deverão, obrigatoriamente, dispor de um mecanismo de abertura sem mãos, caso contrário, o Adjudicatário fornecerá um dispositivo de abertura sem mãos a cada serviço clínico (cerca de 40 unidades), produtor dos referidos resíduos.

LOTES	CPV	SERVIÇO	PREÇO BASE
LOTE 1	98390000-3	SERVIÇOS DE RECOLHA E TRASNPORTE DE RESÍDUOS HOSPITALARES - 01JAN2022 A 31DEZ2022 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS-POLO DE LISBOA	86 110,00 €
LOTE 2	98390000-3	SERVIÇOS DE TELERADIOLOGIA 01JAN2022 A 31DEZ2022 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS-POLO DO PORTO	23 464,00 €